

PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES-ESTAGIÁRIAS(OS) SOBRE A AÇÃO DOCENTE INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Silvia Souza da Cunha Cavalcanti¹
Luiz Carlos Carvalho Siqueira²

RESUMO

Neste trabalho investigamos as experiências de estudantes-estagiárias(os) no tocante a Educação Inclusiva na Educação de Jovens e Adultos (EJA). O estudo se justifica pela importância da inclusão educacional de jovens e adultos com necessidades especiais na EJA, bem como a necessidade de investigar como os estudantes-estagiários percebem a ação docente inclusiva nesse contexto. Para isso, buscou compreender as implicações da ação supervisionada de estudantes estagiários na formação inicial docente junto a educandos/educandas com necessidades educacionais específicas na Educação de Jovens e Adultos. Utilizou-se como base teoria a Lei Brasileira da Inclusão nº 13.146/2015 (BRASIL, 2015) e os estudos de Paulo Freire (1996) e Miguel Arroyo (2005) Maria Tereza Eglér Mantoan (2003), Miguel Zabalza (2015), bem como, Selma Garrido Pimenta e Maria Socorro Lucena Lima (2012). A presente pesquisa utilizou metodologia qualitativa e exploratória, com coleta de dados por meio de formulário digital enviado a estudantes-estagiárias(os) do Curso de Licenciatura em Pedagogia que já haviam vivenciado experiências de estágio em Educação de Jovens e Adultos, visando entender a ação docente em relação aos educandos/educandas com necessidades educacionais específicas. Os resultados indicaram desafios relacionados à heterogeneidade na sala de aula e falta de recursos, bem como a necessidade de tornar o ambiente educacional mais inclusivo, enquanto possibilidades incluem melhorias na acessibilidade e na oferta de disciplinas específicas na formação acadêmica. As considerações finais da pesquisa destacam a importância da reflexão sobre a educação inclusiva na Educação de Jovens e Adultos, identificando desafios e possibilidades da ação docente junto a educandos com necessidades educacionais específicas, e apontando a necessidade de uma formação inicial de professores que contemple essas questões.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos. Educação Inclusiva. Educação Especial. Estágio Supervisionado.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva é um tema que tem ganhado cada vez mais destaque nas discussões educacionais contemporâneas. O direito à educação inclusiva é garantido por lei e visa proporcionar a inclusão social e educacional de todas as pessoas, independentemente de suas diferenças individuais. Nesse contexto, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) surge como uma modalidade educacional fundamental para garantir o acesso à educação para jovens e adultos que

¹ Concluinte do curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco. silviacunha2009@hotmail.com

² Professor orientador, vinculado ao Departamento de Ensino e Currículo do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: luiz.carvalhosiqueira@ufpe.br

não tiveram oportunidade de concluírem a educação básica na idade própria. Embora pareça incipiente, o debate sobre a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva na EJA tem sido objeto de vários estudos, pesquisas e discussões, sendo um tema relevante e atual na pauta do dia. Ambas são direitos públicos subjetivos, que visam garantir a igualdade de oportunidades e o acesso à educação para todos.

O interesse em realizar uma pesquisa sobre esses temas surgiu em diferentes momentos da graduação em Pedagogia, na Universidade Federal de Pernambuco. Foi ganhando forma a partir dos eventos acadêmicos e debates nos componentes curriculares do curso relacionadas a Educação Inclusiva e Políticas Educacionais que, sobretudo, tratavam da Educação de Jovens e Adultos. Entre as disciplinas cursadas, a experiência em Pesquisa e Prática Pedagógica 7 – Estágio na Educação de Jovens e Adultos possibilitou aproximações e reflexões sobre escolarização de pessoas jovens, adultas e idosas com algum tipo de deficiência.

A vivência com as disciplinas mencionadas anteriormente despertou um interesse imediato por esses temas, levando à constatação da escassez de trabalhos na área e da forma como esse público é atendido pelas redes de ensino e nos espaços escolares, especialmente na sala de aula. Foi observada a falta de recursos pedagógicos que considerem as particularidades de aprendizagem e subjetividades de jovens e adultos com deficiências.

Este estudo se dá em função da importância da inclusão educacional de jovens e adultos com necessidades especiais na Educação de Jovens e Adultos (EJA), as especificidades das pessoas que não tiveram acesso ou concluíram a escolarização na idade própria, muitas vezes motivada diversas barreiras e dificuldades de aprendizagem. Além disso, a perspectiva de a Educação Inclusiva visa garantir a todos os estudantes o acesso e a permanência na escola, respeitando suas diferenças e necessidades específicas. Nesse sentido, é relevante investigar como os estudantes-estagiários percebem a ação docente inclusiva na EJA e quais são as suas experiências nesse contexto.

Posto isso, perguntamos: de que maneira as experiências de estudantes estagiários na formação inicial de professores permitem perceber os desafios e possibilidades da ação docente junto a educandos/educandas com necessidades educacionais específicas na Educação de Jovens e Adultos?

Diante de tais considerações, o presente trabalho de pesquisa buscou compreender as implicações da ação supervisionada de estudantes estagiários na formação inicial docente junto a educandos/educandas com necessidades educacionais específicas na Educação de Jovens e Adultos. Para tanto, buscamos: 1) refletir sobre o modo como a Educação Especial Inclusiva vem sendo realizada em contextos da Educação de Jovens e Adultos; 2) identificar como o debate sobre Educação Especial Inclusiva e Educação de Jovens e Adultos se estabelece na formação inicial de professores; e 3) analisar quais os desafios e as possibilidades da ação docente junto a educandos/educandas com necessidades educacionais específicas na Educação de Jovens e Adultos a partir das experiências de graduandos(as) em Pedagogia de um instituição de ensino superior pública de Pernambuco.

A presente pesquisa utilizou a abordagem da pesquisa bibliográfica, baseando-se no aporte teórico-epistemológico de renomados autores da área de EJA, como Paulo Freire (1996), Miguel Arroyo (2005) e Alessandra Nicodemos (2013). No que se refere à Educação Inclusiva, foram consultadas fontes documentais referentes às leis que garantem a inclusão em todos os níveis educacionais, a exemplo da Lei Brasileira da Inclusão nº 13.146/2015 (BRASIL, 2015), bem como teóricos que abordam o tema, como Maria Tereza Eglér Mantoan (2003). Para a discussão acerca do estágio, foi

trazido o autor Miguel Zabalza (2015) e Selma Garrido Pimenta e Maria Socorro Lucena Lima (2012).

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi de abordagem qualitativa, que permitiu uma análise mais aprofundada e detalhada dos dados coletados. O estudo foi caracterizado como uma pesquisa exploratória, com o objetivo de obter um maior entendimento sobre os desafios e possibilidades da ação docente junto a educandos/educandas com necessidades educacionais específicas na Educação de Jovens e Adultos. Para coletar os dados, foi realizada uma pesquisa de campo através de um formulário digital (Google Forms), que foi enviado a cinco estudantes-estagiárias(os) do Curso de Licenciatura em Pedagogia, que já haviam vivenciado experiências de estágio em Educação de Jovens e Adultos. O formulário continha questões abertas e fechadas que abordavam diferentes aspectos da ação docente em relação aos educandos/educandas com necessidades educacionais específicas, bem como seus desafios e possibilidades. A escolha do formulário digital como instrumento de coleta de dados foi motivada pela facilidade de acesso e pela possibilidade de análise automática das respostas, o que permitiu uma coleta de dados mais rápida e eficiente.

Os resultados apontam desafios como a heterogeneidade na sala de aula, falta de recursos e de uma sala de Atendimento Educacional Especializado - AEE, e a necessidade de tornar o ambiente educacional inclusivo. Possibilidades incluem melhoria da acessibilidade nas escolas, apoio da supervisão com os alunos com deficiência, inclusão em atividades extracurriculares e a oferta de disciplinas específicas na formação acadêmica. Alguns estagiários relataram que alguns professores utilizavam estratégias de adaptação de materiais e atividades diversificadas, enquanto outros apontaram que algumas escolas possuíam acessibilidade parcial ou inexistente.

Para facilitar a compreensão das etapas desenvolvidas, o trabalho foi dividido em seções. A primeira seção apresenta as fundamentações teóricas, onde são apresentados os pensadores que trazem reflexões relevantes para os temas de pesquisa. Em seguida, os dados levantados a partir das falas e posicionamentos dos estudantes são apresentados, dialogando com os teóricos selecionados. Por fim, apresentamos nossas percepções sobre as respostas obtidas para nosso questionamento principal ou as problemáticas apresentadas na introdução. Na próxima seção, serão apontadas as referências teóricas, que foram fundamentais para o embasamento científico do estudo.

2 MATRIZ TEÓRICA DE REFERÊNCIA

Os estudos mais recentes sobre educação trazem um viés mais humanizado, buscando uma formação integral que transforme o homem para além do sociável, ou seja, como um ser que possua um olhar mais empático para com seu próximo, sempre em busca de reforçar o respeito às inúmeras diferenças existentes entre os cidadãos, desde sua diversidade étnica, seu credo, sua classe social, suas características físicas e suas eventuais deficiências.

Encontrar essa equidade é algo que a educação contemporânea tem procurado com afinco, apesar do poder econômico ser feroz no tocante à formação escolar do sujeito, na qual a educação ainda é aquela que classifica os estudantes através de notas, predominando e regendo a maioria das escolas brasileiras. Não obstante, o resgate dos valores educacionais voltados para a formação integral do indivíduo se torna uma

obrigação ética dos sistemas de ensino em todos os seus aspectos e modalidades. Sobre isso, Freire nos aponta que:

Não é possível pensar os seres humanos longe, sequer, da ética, quanto mais fora dela. Estar longe ou pior, fora da ética, entre nós, mulheres e homens, é uma transgressão. É por isso que transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador. Se se respeita a natureza do ser humano, o ensino dos conteúdos não pode dar-se alheio à formação moral do educando. Educar é substantivamente formar. (FREIRE, 2003, p. 33)

Trazendo essa reflexão para o debate da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, o quão essa humanização e equidade são postas em prática dentro das salas de aula e, principalmente, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, foco principal desta pesquisa? Quais os desafios enfrentados pelos docentes, muitas vezes não preparados academicamente para lidar com as dificuldades apresentadas por este público, que tem, por direito, frequentar e ser acolhido em salas inclusivas, tendo garantido um processo de ensino e aprendizagem de qualidade, apesar de todos os obstáculos enfrentados pelas organizações escolares?

2.1 Educação Especial sob a perspectiva de Educação Inclusiva

A Educação Especial tem sido um campo de estudo e atuação importante para garantir o acesso e a permanência de pessoas com deficiência no sistema educacional. Contudo, a perspectiva de Educação Inclusiva, que defende uma educação para todos sem exceção, tem ampliado o debate sobre a Educação Especial e suas práticas. A inclusão escolar pressupõe a valorização da diversidade humana, bem como a garantia de condições de aprendizagem e participação plena e efetiva de todos os estudantes na vida escolar. Nesse sentido, é importante compreender as implicações da Educação Inclusiva na Educação Especial e como as escolas e os educadores podem se preparar para promover uma educação de qualidade para todos os estudantes.

Segundo a professora Mantoan (2003, p. 9), “a perspectiva de se formar uma nova geração dentro de um projeto educacional inclusivo é fruto do exercício diário da cooperação e da fraternidade [...], o que não exclui a interação com o universo do conhecimento em suas diferentes áreas”. A partir dessa colocação, percebemos o quanto a inclusão fomenta a busca pela humanização da educação, uma vez que todos convivendo juntos, recebendo o mesmo aprendizado, obtendo as mesmas oportunidades, colherão frutos de uma sociedade mais justa e igualitária.

A Lei Brasileira de Inclusão, datada de 6 de julho de 2015, define pessoa com deficiência:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015).

De acordo com a Lei Brasileira da Inclusão nº 13.146/2015, o conceito de pessoa com deficiência abrange aqueles que possuem impedimento de longo prazo, seja de natureza física, mental, intelectual ou sensorial. Esse impedimento, quando aliado a uma ou mais barreiras, pode impedir a participação plena e efetiva dessas pessoas na

sociedade, em igualdade de condições com as demais. Em outras palavras, a deficiência não é apenas uma condição individual, mas é também uma questão social que implica em desigualdade e exclusão. A lei tem o objetivo de garantir a inclusão dessas pessoas e promover a igualdade de oportunidades, independentemente de suas condições. Conforme nos diz Mantoan (2004, p. 39):

As ações educativas inclusivas que propomos têm como eixos o convívio com as diferenças, a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla a sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula.

A Lei Brasileira de Inclusão (2015) destaca a importância da garantia dos direitos que possibilitam a permanência dos estudantes com necessidades específicas nas escolas. Dentre esses direitos, a acessibilidade é fundamental e deve ser compreendida como a possibilidade de alcançar espaços sem barreiras, sejam elas arquitetônicas, atitudinais ou urbanísticas. Além disso, a lei garante o direito a intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), professor de Braille, tecnologia assistiva para alunos com deficiência motora ou mobilidade reduzida e profissional de apoio escolar. Tais medidas são essenciais para assegurar a plena e efetiva participação dos estudantes com necessidades específicas na sociedade, em igualdade de condições com os demais.

A inclusão de alunos com necessidades específicas nas instituições escolares não se resume apenas a sua presença física no ambiente escolar. É necessário proporcionar atividades que sejam acessíveis a todos e que permitam a aprendizagem mútua, promovendo assim uma convivência harmoniosa e enriquecedora. Nesse sentido, é fundamental que as práticas pedagógicas adotadas na escola estejam adequadas às necessidades de todos os alunos, respeitando suas individualidades e valorizando suas potencialidades. Dessa forma, a inclusão pode ser um processo transformador, capaz de gerar aprendizados significativos e enriquecedores para todos os envolvidos.

Sob essa perspectiva, a Declaração Mundial sobre Educação para todos (1990) propôs:

As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo. (UNESCO, 1990, p. 4).

Para garantir a igualdade de acesso à educação de pessoas com deficiência, é necessário prestar atenção especial às suas necessidades básicas de aprendizagem. A inclusão desses indivíduos no sistema educacional é uma parte crucial para alcançar uma sociedade mais igualitária. A UNESCO (1990) destaca a importância de medidas que assegurem o acesso e a participação dessas pessoas na educação, tornando-as parte integrante do sistema educativo. Percebemos que, há muitos anos, o debate vem sendo fortalecido, para que as garantias de acesso e permanência na escola dos alunos com deficiência, sejam compreendidas como direito inegociável, seja qual for a etapa educacional na qual o estudante esteja inserido.

2.2 Educação de Jovens e Adultos

A Educação de Jovens e Adultos tem sido uma importante modalidade educativa no Brasil, possibilitando a inclusão e a formação de pessoas que não tiveram a

oportunidade de concluir o ensino fundamental ou médio na idade regular. A EJA busca promover a educação como um direito humano fundamental e ampliar as possibilidades de acesso ao conhecimento, além de contribuir para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse sentido, a EJA é uma importante ferramenta para a inclusão social e a construção de uma sociedade mais democrática e participativa. (BRASIL, 2000)

Ao direcionarmos nossa atenção para a Educação de Jovens e Adultos, ampliamos nossos questionamentos em diversos aspectos, uma vez que esta modalidade ainda luta por condições adequadas de realização e busca promover a inclusão de indivíduos que não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos na idade própria.

Siqueira (2020) afirma que os(as) estudantes da Educação de Jovens e Adultos é singular e multifacetado, composto por indivíduos com suas próprias vivências, histórias e várias tramas de negação e exclusão escolar. Dentro desse cenário, destacam-se aqueles que não concluíram seus estudos em detrimento de capacidades específicas e deficiência, cujas dificuldades apresentam desafios ainda maiores.

Para Freire (1987), é importante que essas experiências trazidas pelos alunos da EJA sejam consideradas e utilizadas como ferramenta dentro da sala de aula, com diálogo e participação dos estudantes, desenvolvendo sujeitos críticos e envolvidos politicamente nas questões comuns a todos da comunidade, fugindo do que ele denominou de in experiência democrática. Neste sentido ele afirma “Ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo.” (FREIRE, 1987 p. 79)

Essa dialogicidade defendida por Freire enaltece a prática que torna os sujeitos participantes do processo educativo. Trazer voz para os educandos que foram calados por anos dentro do ambiente escolar, e mais tarde também fora dele, torna a escola um ambiente de ação política, uma vez que o objetivo é desenvolver jovens e adultos capazes de pensarem criticamente sobre diversos assuntos. Sobre isso, Freire combatia as tradicionais formas de ensino:

Ditamos idéias. Não trocamos ideias. Discursamos aulas. Não debatemos ou discutimos temas. Trabalhamos sobre o educando. Não trabalhamos com ele. Impomos-lhe uma ordem a que ele não adere, mas se acomoda. Não lhe propiciamos meios para o pensar autêntico, porque recebendo as fórmulas que lhe damos, simplesmente as guarda(...) E não seria possível porque esta educação contradizia este impulso e enfatizava nossa in experiência democrática. Educação em antinomia com a emersão do povo na vida pública brasileira. (FREIRE, 1967, p. 97).

A procura e o retorno à escola se dão por diversos motivos, seja com intuito de melhorar a vida profissional, concluir sua formação escolar, sentir-se mais integrado a uma sociedade que padroniza e exclui a quem não se encaixa em suas regras. Ao retornarem, muitos desses estudantes revivem a experiência que não deu certo na primeira tentativa. Diante de um currículo infantilizado ou propostas que não fazem sentido no seu cotidiano, proporcionando mais uma vez a sua exclusão, esses discentes se sentem incapazes de continuar a busca de um projeto de melhorias, pois não se encaixam e não se sentem pertencentes àquele grupo. Assim, alguns decidem, mais uma vez, pelo abandono dos estudos, achando que a escola não é ambiente para eles.

A profissionalização do ensino para EJA é um aspecto fundamental para a qualidade da educação oferecida. Profissionais capacitados e atualizados em relação aos métodos e práticas pedagógicas específicas para essa modalidade de ensino são essenciais para o sucesso da aprendizagem dos alunos. Além disso, a profissionalização

do ensino também envolve a valorização e reconhecimento dos professores que atuam na EJA, proporcionando condições adequadas de trabalho e salários compatíveis com a importância de sua atuação. É importante ressaltar que a profissionalização não se limita apenas aos professores, mas também engloba os demais profissionais envolvidos no processo educacional, como coordenadores, supervisores e demais profissionais de apoio. Dessa forma, investir na profissionalização do ensino de EJA é essencial para garantir uma educação de qualidade e efetiva inclusão social. Sobre o aspecto da profissionalização do ensino de EJA, Arroyo nos aponta:

Talvez a característica marcante do momento vivido na EJA seja a diversidade de tentativas de configurar sua especificidade. Um campo aberto a qualquer cultivo e sementeira será sempre indefinido e exposto a intervenções passageiras. Pode-se tornar um campo desprofissionalizado. De amadores. De campanhas e de apelos à boa vontade e à improvisação. Um olhar precipitado nos dirá que talvez tenha sido esta uma das marcas da história da EJA: indefinição, voluntarismo, campanhas emergenciais, soluções conjunturais. (ARROYO, 2005, p. 19).

Ao se abordar a aparente falta de profissionalismo na prática docente no campo da Educação de Jovens e Adultos (EJA), surgem questionamentos em relação à formação dos professores desde sua graduação. É fundamental que as disciplinas formativas voltadas para a área de EJA permitam que o futuro profissional conheça a modalidade e esteja apto a perceber os horizontes possíveis de serem trabalhados. Além disso, em vista da eventual presença de alunos com necessidades específicas de aprendizagem, é preciso que o docente sinta-se seguro em relação aos processos de ensino e aprendizagem, partindo do princípio da inclusão. (SIQUEIRA; NOBRE; DA SILVA, 2020)

As disciplinas formativas voltadas para a área da EJA proporcionam ao futuro profissional o conhecimento da modalidade e a compreensão dos horizontes possíveis de serem trabalhados? Além disso, diante da eventual presença de educandos e educandas com necessidades específicas de aprendizagem, o(a) docente se sentirá preparado(a) e seguro(a) com os processos de ensino e aprendizagem, considerando o princípio da inclusão? É preciso reconhecer que a formação e a capacitação dos professores são fatores fundamentais para a qualidade do ensino oferecido na modalidade EJA e, conseqüentemente, para a inclusão educacional e social de pessoas que buscam a escolarização na juventude, na vida adulta e quando idosos.

Para Siqueira, Nobre e Da Silva (2020), Estágio na Educação de Jovens e Adultos pode-se ser visto como um grande desafio e uma experiência marcante pelos estudantes do curso de Pedagogia. Os autores destacam a importância da Universidade no processo formativo dos futuros docentes, fomentando um diálogo crítico sobre o papel que a ação docente pode desempenhar na classe trabalhadora dessa modalidade de ensino, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A pesquisa realizada pelos autores constata que o Estágio na EJA permite um diálogo profundo sobre como a ação docente pode contribuir para a construção de uma sociedade igualitária e fraterna, especialmente para profissionalização nesta modalidade de ensino.

2.3 O Estágio na formação docente

Ao longo do tempo, o estágio se consolidou como um momento fundamental da formação de profissionais em diversos campos, incluindo a educação. No entanto, ainda

persiste a ideia de que o estágio é apenas a parte prática do curso, em contraposição à teoria, o que é um equívoco. O estágio é uma oportunidade para os estudantes colocarem em prática os conhecimentos teóricos que adquiriram, mas também é um momento de aprendizado teórico, que se constrói a partir da vivência prática. Assim, o estágio não pode ser visto como um mero apêndice do curso, mas sim como uma etapa fundamental do processo de formação. (PIMENTA; LIMA, 2012)

Por meio dele, o estudante tem a oportunidade de vivenciar a realidade do ambiente escolar, conhecendo diferentes práticas pedagógicas e refletindo sobre sua própria atuação como docente. (PIMENTA; LIMA, 2012) Além disso, o estágio também proporciona uma aproximação do futuro professor com a realidade social e cultural em que estão inseridos os alunos, contribuindo para a formação de um olhar crítico e sensível para a diversidade presente no contexto educacional. (PIMENTA; LIMA, 2012)

A partir da Lei de Estágio (11.788/2008), o estágio na formação inicial de professores ganha ainda mais relevância, ao estabelecer diretrizes claras para a realização de estágios curriculares, como forma de complementar a formação acadêmica e proporcionar experiências concretas de aprendizagem. Essa Lei, que regula o estágio, define essa atividade como um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido em ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo dos estudantes de ensino superior, ensino médio e educação profissional.

O estágio, segundo a lei acima, deve ser compatível com as atividades escolares e ter como objetivo o aprendizado do aluno, sem a caracterização de vínculo empregatício. A lei estabelece ainda que o estágio deve ser orientado por um professor da instituição de ensino e por um supervisor da parte concedente do estágio, além de prever a obrigatoriedade de um termo de compromisso entre as partes envolvidas. O estágio, portanto, é uma importante ferramenta para a formação profissional dos estudantes, permitindo que eles adquiram conhecimentos práticos e vivenciem a realidade do mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que contribuem para o desenvolvimento das empresas e organizações em que atuam. (BRASIL, 2010)

Os estágios obrigatórios nos cursos de graduação permitem que o aluno experimente e observe práticas pedagógicas de professores formados, muitos deles com anos de sala de aula. Miguel Zabalza (2015, p. 80-92) nos fala sobre a importância do estágio na formação docente: “[...] elo na formação de professores com a Educação Básica e, não raro, despertam questionamentos de ordens diversas: prática, teórica, teórico-prático, bem como contexto profissional.”

Sendo assim, o estágio confere ao estudante um experimento no chão da escola, muitas vezes sendo o primeiro contato com a instituição, ou com a modalidade, como no caso da EJA e da Educação Inclusiva, agregando valores para sua futura práxis profissionais:

Oportunidades não só de aprender coisas úteis para o futuro desempenho profissional dos estudantes, mas que possibilita melhorar como pessoa, preocupar-se com o contexto, conhecer-se melhor, poder experimentar essa preocupação por si mesmo. (ZABALZA, 2015, p. 83).

De acordo com Zabalza (2015), o estágio oferece aos estudantes oportunidades não somente de adquirir conhecimentos relevantes para o futuro desempenho profissional, mas também de se desenvolverem como indivíduos, aumentando a conscientização sobre o contexto em que estão inseridos, conhecendo-se melhor e experimentando essa preocupação consigo mesmos. O estágio é um espaço de

aprendizagem que pode levar a mudanças significativas tanto na vida pessoal quanto profissional dos estudantes, uma vez que proporciona a oportunidade de aplicar a teoria aprendida em sala de aula na prática, com o objetivo de contribuir efetivamente para a sociedade e para si mesmos.

Segundo Pimenta e Lima (2012), o estágio supervisionado é dos momentos fundamentais da e para a formação docente. Essa atividade possui um caráter teórico-prático. O objetivo principal do estágio é proporcionar ao aluno a oportunidade de vivenciar a prática profissional em seu campo de atuação, desenvolvendo as habilidades e competências necessárias para o exercício da profissão. É importante destacar que o estágio supervisionado deve ser acompanhado por um professor orientador e por um supervisor de campo, que irão auxiliar o aluno na reflexão crítica sobre a prática e no processo de aprendizagem.

Dessa forma, o estágio supervisionado permite que o futuro professor integre teoria e prática, aprimore suas habilidades e conhecimentos, além de compreender a realidade escolar e sua relação com a sociedade.

Neste sentido, o estágio não deve ser encarado como uma atividade meramente prática, mas como uma atividade de pesquisa, pois possibilita ao aluno refletir sobre a realidade educacional e suas práticas pedagógicas. Nesse sentido, a pesquisa no estágio permite ao aluno compreender e interpretar os fenômenos educacionais que vivencia e, a partir daí, propor intervenções pedagógicas mais eficazes. (PIMENTA; LIMA, 2012)

Além disso, a pesquisa no estágio permite ao aluno aprimorar sua capacidade de observação, análise e interpretação dos fenômenos educacionais e a relacioná-los com os conhecimentos teóricos adquiridos no curso de formação docente. Assim, o estágio pode ser visto como uma oportunidade de desenvolver a habilidade de pesquisar na prática, o que contribui para a formação de um professor mais crítico, reflexivo e comprometido com a qualidade da educação. (PIMENTA; LIMA, 2012)

Para Pimenta e Lima (2012), o estágio como teoria e prática pode ser visto como um processo de aprendizagem dialógico, em que o estudante não apenas aplica os conhecimentos teóricos adquiridos, mas também os constrói e reconstrói a partir da experiência prática. Dessa forma, o estágio não é apenas uma atividade de aplicação da teoria, mas um momento em que o estudante desenvolve sua capacidade de reflexão crítica, análise de problemas, proposição de soluções e tomada de decisões. A compreensão do estágio como teoria e prática é fundamental para a formação de profissionais capazes de atuar de forma ética, crítica e transformadora em suas áreas de atuação.

A pesquisa no estágio é um método importante de formação de futuros professores, que consiste tanto na mobilização de pesquisas para a análise dos contextos nos quais os estágios são realizados, quanto na realização de pesquisas pelos próprios estudantes durante seus estágios. Essa abordagem possibilita aos alunos investigar questões concretas relacionadas à prática docente, o que contribui para a articulação entre teoria e prática, o desenvolvimento da capacidade de análise crítica e reflexiva e a construção do conhecimento a partir da vivência prática. Ademais, a pesquisa no estágio favorece uma formação mais completa e qualificada, além de contribuir para a formação de profissionais mais comprometidos e engajados com a melhoria da educação, pois incentiva a busca por soluções para os desafios encontrados na prática docente. Dessa forma, a pesquisa no estágio é uma importante ferramenta para a formação de professores mais capacitados e conscientes de seu papel na sociedade.

A visão de que o estágio pode ser visto como uma oportunidade para a realização de pesquisas pelos próprios estudantes durante o período de formação, apontada por Pimenta e Lima (2012), pode ser um caminho para reduzir as lacunas na

formação inicial de futuros professores para atuarem na Educação de Jovens e Adultos e na Educação Inclusiva. Ao incentivar a reflexão crítica sobre a prática docente e a busca por soluções para os desafios encontrados na sala de aula, a pesquisa no estágio pode contribuir para que os futuros professores desenvolvam uma compreensão mais ampla das necessidades dos alunos e estejam mais preparados para atender às demandas desses públicos específicos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa científica é um processo de investigação que tem como objetivo a busca por informações aprofundadas sobre um tema ou problema em específico. Essa metodologia permite a obtenção de novas descobertas, soluções para a comunidade envolvida no debate e até mesmo o confronto de teorias previamente estabelecidas. Segundo Gil (2002), para se obter sucesso em uma pesquisa, é necessário possuir conhecimento sobre o assunto em questão, ser criativo, ter curiosidade, integridade intelectual, atitude autocorretiva, sensibilidade social, imaginação disciplinada, perseverança e paciência, além de confiança na experiência. Todos esses elementos são fundamentais para que o resultado da pesquisa seja eficaz e contribua para a produção de conhecimento.

Dito isto, convém ressaltar que a pesquisa desenvolvida possui natureza pura, também conhecida como pesquisa básica. Isso significa dizer que tem como principal objetivo a busca por informações sobre um problema identificado, visando compreender as razões por trás dos acontecimentos e contribuir para o conhecimento científico acerca do tema. Essa modalidade de pesquisa é importante para a construção de bases teóricas sólidas e para a produção de novos conhecimentos. De acordo com Gil (2008), a pesquisa pura é realizada sem a preocupação com a aplicação prática imediata dos resultados, mas sim com a geração de conhecimento que possa ser aplicado no futuro. É uma forma de produzir conhecimento de maneira mais abrangente, sem se prender a objetivos específicos de solução de problemas, e pode ser considerada uma das bases para a realização de pesquisas aplicadas.

A opção pela abordagem qualitativa na pesquisa realizada se justifica pelo objetivo de compreender e interpretar o significado das ações dos indivíduos e instituições envolvidas no tema investigado. Conforme Sampieri, Collado e Lucio (2013), a pesquisa qualitativa busca a compreensão e não a quantificação dos fenômenos estudados, com foco no entendimento dos significados atribuídos pelos participantes. Dessa forma, a pesquisa qualitativa é mais subjetiva, trabalhando com descrições e interpretações, e não com dados estatísticos. Ela se preocupa com o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, aspectos que não podem ser quantificados, mas que são essenciais para a compreensão dos fenômenos sociais. Assim, a abordagem qualitativa permite uma investigação mais profunda e rica sobre o tema estudado, favorecendo uma compreensão mais completa e precisa do problema investigado. (MINAYO, 2014).

A pesquisa em questão foi desenvolvida como um estudo exploratório, segundo a classificação proposta por Gil (2002). De acordo com o autor, esse tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema investigado, com o intuito de torná-lo mais claro e/ou desenvolver hipóteses. Nesse sentido, foram realizadas diversas etapas, tais como levantamento bibliográfico, análise de exemplos e entrevistas com pessoas que possuem experiência prática no assunto estudado. Dessa

forma, o estudo exploratório permitiu que os pesquisadores aprofundassem no tema e construíssem uma base sólida para a continuidade da pesquisa.

Nossa pesquisa foi realizada a partir da consideração dos aportes teóricos basilares dos temas abordados. Para tanto, foi necessário realizar um extenso levantamento bibliográfico a fim de encontrar autores consagrados nas áreas de estudo em questão. Segundo Gil (2002), o levantamento bibliográfico é a base para a realização de uma pesquisa científica, uma vez que proporciona acesso às informações disponíveis e já consolidadas no campo de estudo, além de contribuir para a construção do conhecimento a partir da revisão crítica das teorias existentes.

Nosso trabalho fundamentou-se principalmente na pesquisa de campo, conforme Gil (2002) define como um tipo de estudo que visa coletar dados diretamente no local em que ocorrem os fenômenos, por meio questionários semiestruturados que permitam a compreensão das relações entre os temas investigadas.

A técnica de coleta de informações de nossa pesquisa se deu através do envio de um formulário digital (Google Forms), que foi enviado para 36 estudantes envolvidas na atividade central de nosso estudo. A escolha pelo uso de um formulário online se deu pelo fato de ser uma forma prática e rápida de coletar as informações necessárias para a pesquisa. Além disso, as perguntas elaboradas foram todas abertas e as respostas não direcionadas, de modo a permitir que os(as) interlocutores(as) pudessem compartilhar suas experiências de forma livre e espontânea. A utilização dessa técnica de coleta de dados nos possibilitou coletar informações ricas e relevantes para a nossa pesquisa, embasadas nas vivências reais de cada entrevistado.

O formulário elaborado para a coleta de dados desta pesquisa contemplou tópicos relevantes para a problemática investigada, como, por exemplo, a quantidade de estudantes com deficiência em turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), a acessibilidade oferecida a esses estudantes, quais deficiências foram identificadas, os principais desafios enfrentados pela educação inclusiva em um ambiente educacional para jovens e adultos, a inserção da inclusão nas rotinas pedagógicas, a abordagem acadêmica sobre os temas em questão na formação de professores e as principais aprendizagens que os estudantes puderam obter a partir de suas experiências, contribuindo para sua prática profissional futura.

A pesquisa descrita neste tópico contou com a participação de estudantes de três turmas, totalizando o envio de 36 formulários. No entanto, apenas nove estudantes responderam ao formulário e destes, somente cinco foram incluídos na investigação por atenderem ao critério de inclusão de terem vivenciado situações de estágio em EJA com educandos(as) que possuem deficiências. Vale destacar que a pesquisa contou com a colaboração de cinco estagiários, sendo dois do sexo masculino e três do sexo feminino, que se disponibilizaram a fornecer seus depoimentos para enriquecer a discussão sobre o problema abordado neste estudo.

Para garantir a ética na pesquisa em educação, utilizou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)³, anexado ao formulário, um documento que apresenta de forma clara e objetiva os objetivos, procedimentos, riscos e benefícios da pesquisa aos participantes, para que possam decidir livremente sobre sua participação ou não.

Para a análise dos dados obtidos em nossa pesquisa, optamos pela abordagem de análise temática, que consiste na identificação e categorização de padrões de

³ O TCLE é uma ferramenta importante para garantir o respeito à autonomia e dignidade dos sujeitos da pesquisa, bem como para evitar possíveis danos físicos ou psicológicos. Além disso, sua utilização é obrigatória em pesquisas que envolvem seres humanos, de acordo com as normas e regulamentações éticas da área.

significados presentes nos dados coletados. Essa abordagem permitiu uma compreensão aprofundada dos relatos dos participantes e possibilitou a identificação de temas relevantes que emergiram dos dados, contribuindo para a compreensão da temática estudada. A análise temática foi realizada de forma sistemática, envolvendo a leitura e releitura dos dados, a identificação de unidades de significado, a organização dessas unidades em categorias temáticas e a interpretação dos resultados.

3.1 Os(as) interlocutores(as) da pesquisa

Para preservar a privacidade dos participantes, utilizaremos pseudônimos para identificação dos(as) interlocutores(as) da pesquisa, são eles(as):

- Estagiária 1 - Carla,
- Estagiário 2 - Waldir,
- Estagiária 3 - Mariana,
- Estagiária 4 - Yris e
- Estagiário 5 - Fabio.

De acordo com as informações fornecidas pelos colaboradores da pesquisa, os estágios foram realizados em escolas de dois municípios distintos: Recife, que é a capital do estado de Pernambuco, e Paulista, que se encontra na Região Metropolitana da capital pernambucana.

Durante a pesquisa, foi constatado que a quantidade de alunos com deficiência nas salas de EJA onde os entrevistados realizaram seus estágios foi significativa. Isso foi fundamental para a análise de como esses estudantes são incluídos nas propostas pedagógicas e como seus direitos são respeitados pelas escolas, que devem ser locais de equidade e respeito para todos os membros da comunidade escolar. Esta informação é de extrema importância para entendermos a realidade da Educação Inclusiva nessas instituições e, assim, buscarmos soluções para aprimorar as práticas inclusivas nessas escolas.

A seguir, serão apresentados os relatos dos estagiários sobre a quantidade de estudantes com deficiência em cada sala de aula, bem como as especificidades que esses alunos apresentavam.

Quadro 1 - Quantidade e tipos de deficiências entre os alunos identificados como PCDs.

Estagiário	Nº de alunos com deficiência	Tipo de deficiência
Carla	4 (quatro)	Física, motora, deficiência intelectual
Waldir	2 (dois)	Deficiência intelectual
Mariana	14 (catorze)	Síndrome de Down, autismo, paralisia cerebral, outros transtornos globais
Yris	8 (oito)	TEA, síndrome de Down e TDAH
Fabio	5 (cinco)	Deficiência intelectual

Fonte: autoria própria.

A partir desses dados iniciais, que evidenciam a quantidade de estudantes com deficiência incluídos na EJA.

4 A AÇÃO DOCENTE INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS SOB A ÓTICA DOS(AS) ESTUDANTES-ESTAGIÁRIAS(OS)

Nesta seção, apresentaremos as respostas dos estagiários ao questionário, a fim de compreendermos melhor as suas percepções e observações em relação às ações docentes diante da diversidade de seus alunos. Ao transcrevermos fielmente as suas respostas, buscamos uma análise mais aprofundada sobre o que foi observado por eles nas suas experiências.

É importante recordar que, em tempos passados, as pessoas com deficiência eram direcionadas para salas segregadas, distantes dos demais estudantes, devido ao equivocado entendimento social de suas capacidades limitadas, seja cognitiva, motora ou social. Esse grupo, frequentemente rotulado com estereótipos de incapacidade, muitas vezes se sente responsável por não acompanhar o ritmo das aprendizagens propostas nas salas de aula regulares.

A despeito do acesso à EJA, os alunos participam de forma que reproduz a posição que até recentemente lhes foi imposta nas classes especiais, nas classes comuns, nas escolas especiais: a posição de quem não aprende. Mas da perspectiva que falamos, acreditamos que esses alunos aprendem apesar de. Aprendem, entre outras coisas, a conviver com uma identidade social negativa, a conviver com a deficiência mental como condição que desautoriza, aprendem o que é ou não próprio e possível para eles quanto à escolarização, aprendem que precisam da escola. Aprendizados que concorrem para a construção de uma autoimagem de incapacidade e inferioridade (CARVALHO, 2006, p. 169).

Com o intuito de explorar ainda mais a realidade vivenciada pelos estudantes com deficiência nas salas de EJA, propusemos a seguinte questão aos nossos e nossas interlocutoras. Em relação à ação docente diante da diversidade dos grupos em sala de aula, buscamos compreender como os professores supervisores do estágio trabalhavam com os estudantes com deficiência. Para isso, transcrevemos as respostas dos estagiários, que nos deram uma melhor compreensão do que foi observado por eles em suas experiências. Ao perguntarmos: **De que forma o(a) professor(a) supervisor(a) do Estágio trabalhava com os educandos e educandas com deficiência?** Os interlocutores e interlocutoras responderam:

Havia um acompanhamento de um estagiário que as acompanhava na execução das tarefas. (Waldir)

No meu estágio, existem atuações diversas, mas as que mais imperam são as de experimentação e adaptação de materiais e planejamentos. São utilizadas bases da BNCC, mas adaptadas ao alcance cognitivo de todos. O trabalho em grupo é descrito como importante a todos. (Mariana)

A professora realizava atividades específicas e diversificadas com a turma, dependendo da necessidade. Os alunos que já tinham apropriação do SAE copiavam e realizavam atividades do quadro, por exemplo. Os alunos que ainda estavam se apropriando, realizavam atividades num livro didático de alfabetização, com atividades de prática de leitura, consciência fonológica, letras, rimas e etc. Já os alunos com deficiência, faziam atividades de ficha, adaptadas e com auxílio da professora. (Yris)

Durante os estágios de realizados Waldir, Mariana e Yris, foi observado que o trabalho com alunos com deficiência era realizado de maneiras diversas. Um estagiário relatou que havia um acompanhamento específico para esses alunos, enquanto outro destacou a experimentação e adaptação de materiais e planejamentos para atender a diversidade cognitiva do grupo. A importância do trabalho em grupo também foi mencionada. Já outro colaborador relatou que a professora realizava atividades específicas e diversificadas de acordo com a necessidade de cada aluno. Os estudantes com deficiência realizavam atividades adaptadas e com o auxílio da professora, enquanto os que já tinham apropriação do SAE copiavam e realizavam atividades do quadro, e os que estavam se apropriando, atividades num livro didático de alfabetização.

Por outro lado, a experiência de Carla e Fábio revelam uma outra realidade e dizem que:

Não era inclusivo. Tinham atividades e tratamentos diferentes para os estudantes com deficiência. (Carla)

Em nenhum momento de estágio presenciei apoio da supervisão com os educandos com deficiência, uma vez que apenas o professor exercia total suporte. (Fábio)

Os colaboradores apresentaram diferentes perspectivas sobre o trabalho dos professores e supervisores com os educandos com deficiência durante o estágio. Enquanto Waldir relatou a presença de um estagiário acompanhando os alunos, Mariana destacou a importância da experimentação e adaptação de materiais e planejamentos, utilizando bases da BNCC adaptadas ao alcance cognitivo de todos e valorizando o trabalho em grupo. Yris mencionou atividades específicas e diversificadas, dependendo da necessidade de cada aluno, e um suporte mais direcionado para os estudantes com deficiência. Por outro lado, Carla apontou para a falta de inclusão, com atividades e tratamentos diferenciados para os estudantes com deficiência, e Fábio relatou que apenas o professor exercia total suporte, sem a presença de apoio da supervisão.

Depreendemos disso que a prática de planejamento inclusivo é fundamental para garantir que todas as pessoas sejam contempladas, independentemente de suas habilidades ou deficiências. Isso significa que é necessário pensar em estratégias pedagógicas que atendam às necessidades de todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiência. O planejamento inclusivo também envolve a adaptação de materiais e atividades, bem como a criação de um ambiente de aprendizagem acolhedor e acessível. Dessa forma, é possível promover a equidade e o respeito pela diversidade, garantindo que todos os estudantes possam participar ativamente das atividades escolares.

Também nos faz refletir sobre nossa própria prática e a busca de melhorias contínuas, como aponta Freire:

Por isso é que, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática. (FREIRE, 2011, p. 27).

Apenas em um depoimento, obtivemos a afirmativa de que a professora buscava alternativas de adaptação e experimentação para que todos alcançassem o mesmo objetivo, o que caracteriza uma educação realmente inclusiva, mesmo em um ambiente plural como é uma sala de jovens e adultos. Desse modo, é pertinente a colocação de Freire, quando enfatiza a importância de buscarmos refletir criticamente sobre nossa

prática docente, a fim de conhecermos nosso estudante e provocá-lo de forma consciente e estimuladora, ofertando recursos para que este se desenvolva plenamente, aproveitando o ambiente de conhecimentos em que está inserido.

Diante dessas colocações, refletimos sobre onde está a deficiência: no aluno, no professor, na instituição, na comunidade escolar? Segundo a professora Mantoan (2016, p. 16), "não há o que negociar quando nos propomos a lutar por uma escola para todos, sem discriminações, sem ensino à parte, diferenciado para os mais e menos privilegiados", reforçando a ideia principal da inclusão, que é transformar a escola em um local de troca de aprendizagens para todos e todas que dela necessitar, sem preconceitos ou separações.

Na próxima questão que apresentamos, abordamos a acessibilidade dos ambientes escolares, aspecto previsto em lei para facilitar a entrada e permanência dos estudantes com deficiência na instituição escolar. Nesse sentido, propusemos a seguinte pergunta para análise: **Na escola na qual foi realizado o Estágio, havia acessibilidade?**: Carla respondeu "Sim, com 3 apoios educacionais.", Waldir também "Sim". Maria e Fábio afirmaram respectivamente "Parcialmente, tendo em vista possibilidades de melhores adaptações." (Mariana), "Em determinadas partes sim, contudo deixava a desejar" (Fábio). Já Yris afirmou categoricamente que "Não possuía".

De acordo com as respostas dos estagiários, a acessibilidade na escola em que realizaram o Estágio apresentou diferentes níveis de adequação. Carla e Waldir afirmaram que a escola contava com acessibilidade, sendo que Carla destacou a presença de três apoios educacionais. Já Mariana e Fábio indicaram que a acessibilidade era parcial, com possibilidades de melhorias e algumas partes da escola apresentavam deficiências nesse aspecto. Por outro lado, Yris afirmou que a escola não possuía acessibilidade, sugerindo um cenário mais crítico nesse sentido.

As normas e legislações que regulamentam os direitos da pessoa com deficiência enfatizam a importância da acessibilidade para que o aluno se sinta incluído no ambiente escolar, favorecendo o seu desenvolvimento pleno e garantindo igualdade de oportunidades, sem discriminação entre os participantes do processo educacional. Sobre isso, por exemplo, conta na Lei Brasileira de Inclusão (2015) que:

Projeto Pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia. (BRASIL, 2015, p. i.).

Notamos, a partir da fala dos estagiários, que não é uma unanimidade entre as escolas o respeito à garantia da acessibilidade, a qual percebemos ser primordial para que o estudante com deficiência conte com condições básicas de se manter em sala de aula, aprendendo em conjunto com outros pares, entre tantas diversidades dos atores que compõem uma instituição educacional, ainda mais diversificada se tratando de uma turma de EJA, cujo público conta com jovens e adultos detentores de experiências sólidas. Assim suas práticas pedagógicas devem levar essas características em consideração no planejamento de aula de cada docente.

Sobre essa pluralidade, tanto de sujeitos quanto de práticas pedagógicas, Nicodemos nos afirma:

Diferenciando a EJA das concepções de educação formal para crianças e adolescentes, onde o elemento identificador é o conceito de ensino estruturado na lógica etária, busca-se, na reafirmação do legado da educação popular, reconhecer a educação de jovens e adultos como uma etapa com suas especificidades, nomeando, em sua definição legal, pedagógica e política, os alunos trabalhadores não como educandos de uma etapa de ensino, mas como sujeitos que carregam em suas existências uma gama complexa de características sociais e culturais, que invadem cotidianamente as salas de aulas noturnas, desafiando os docentes a apurar o olhar, principalmente para além do conceito restrito de ensino. (NICODEMOS, 2013, p. 2).

A partir desse pensamento, observamos que a EJA é naturalmente um ambiente inclusivo, que deve abarcar a todos que desejam retornar à escola, apesar de todas as adversidades que a vida apresenta ao longo dos anos, dando condições para que esses sujeitos encontrem o que não vivenciaram na primeira tentativa de êxito na trajetória escolar.

A presença do profissional de Atendimento Educacional Especializado (AEE) é fundamental para o desenvolvimento cognitivo dos alunos com deficiência, sendo um complemento à escolarização regular, e não um substituto. O AEE é um professor especializado que auxilia os alunos em atividades que são voltadas para suas necessidades específicas. A importância desse profissional é destacada na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que reconhece o papel do AEE na inclusão escolar dos estudantes com deficiência. O trabalho desse profissional é essencial para que o aluno com deficiência possa ter acesso aos mesmos direitos e oportunidades educacionais que os demais estudantes, promovendo a sua evolução integral e sua inclusão na sociedade:

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação de alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (BRASIL, 2008, p. 10).

Sabendo da relevância desse profissional e de suas possibilidades ao ofertar significativas colaborações para o avanço de aprendizagens do estudante com deficiência, devido aos recursos que devem ser disponibilizados na escola, através de uma sala específica, lançamos a seguinte pergunta aos estagiários: **Havia sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) na escola onde você realizou o estágio? Se sim, ela funcionava no turno das turmas de EJA?** Waldir afirmou que “Sim. No turno não, a educanda, por morar perto da escola, ia para o atendimento no horário da manhã.”. Maria Respondeu que “Existe sim, porém é utilizada por uma parcela pequena de alunos. A especialista em AEE só está na escola 3 dias por semana e atende a várias demandas nos horários de trabalho.”. Os estagiários Carla, Yris e Fabio relataram que não tiveram contato ou conhecimento sobre a presença de um profissional de Atendimento Educacional Especializado (AEE) na escola em que realizaram seus estágios. Carla respondeu simplesmente “Não cheguei a conhecer”, Yris respondeu com um “Não” categórico, e Fabio relatou que não havia uma sala específica para esse tipo de atendimento na instituição.

Notamos, portanto, que não é estendida ao público da EJA a disponibilidade de uma sala de recursos no turno no qual funciona a modalidade em questão. Os estudantes residentes próximos à escola compareciam em horário de funcionamento diurno, contudo, apenas três vezes na semana, o que acumulava atendimentos nos dias em que a profissional estava disponível naquela unidade, impedindo, dessa forma, o acompanhamento de todos os estudantes-alvo desse atendimento específico.

Há uma problemática de escassez desses profissionais especializados para toda a rede de ensino, o que cria obstáculos para que o trabalho seja feito de forma satisfatória e alcance todas as etapas e modalidades, embora saibamos que esse professor, em conjunto com a família, o docente da sala regular e a escola, configura inúmeras possibilidades de avanços, respeitando o limite de cada estudante, porém dando subsídios que os façam progredir.

Em decorrência das lacunas identificadas no contexto da Educação de Jovens e Adultos, indagamos aos participantes da pesquisa: **Qual(is) o(s) desafio(s) você percebeu na Educação Inclusiva na EJA?** Os entrevistados relataram diferentes desafios enfrentados para incluir estudantes com deficiência em turmas de EJA Modulada. Carla destacou a falta de instruções sobre como abordar temas da sala de aula com esses estudantes. Waldir mencionou a dificuldade de socialização com uma pessoa com deficiência intelectual. Mariana apontou a falta de manutenção da comunicação entre escola e família, de recursos para trabalhar com esse público e de inclusão dos alunos em atividades extracurriculares. Yris destacou a heterogeneidade dentro da sala de aula e a falta de Atendimento Educacional Especializado e recursos para atender às necessidades dos estudantes com deficiência. Fabio ressaltou a complexidade de incluir um público diverso e participativo, a necessidade de promover igualdade educacional a todos e o desafio de tornar o ambiente educacional inclusivo tanto para o coletivo quanto para o individual. Vejamos suas respostas:

Como incluir em um meio não inclusivo. Uma turma de EJA Modulada por si já é um desafio, pois contém diversos níveis de aprendizado. Por estar em uma posição no qual não poderia me distanciar do planejamento da professora, senti falta de instruções sobre como abordar os temas da sala de aula com os estudantes com deficiência. (Carla.)

A pessoa com deficiência intelectual que eu acompanhei tinha um pouco de dificuldade em socializar comigo... a aproximação se deu de maneira gradual. (Waldir.)

A manutenção entre escola e família, a comunicação alternativa (existe um certo engessamento quanto a utilização), a inclusão dos alunos em EJA nas atividades extracurriculares. (Mariana)

Acima de tudo, a heterogeneidade dentro de uma mesma sala de aula, a falta do AEE e de recursos para trabalhar com esse público. (Yris)

Os desafios são imensos, visto que cada realidade discente é bastante oposta. Um público diverso, mas participativo. Durante a realização do estágio, busquei contemplar toda a turma com o mesmo material/conteúdo. Contudo, é perceptível cada singularidade dos educandos e a necessidade de promover uma igualdade educacional a todos. Acredito que o desafio maior foi tornar um ambiente educacional inclusivo a ponto de atender não somente o coletivo, mas também o individual. (Fabio)

Partindo das falas dos estagiários, fica evidente a complexidade de se construir uma sala de aula inclusiva na Educação de Jovens e Adultos. Cada colaborador enfatiza

um desafio distinto, como a heterogeneidade da turma e a falta de instruções específicas para lidar com estudantes com deficiência, apontada por Carla. Waldir destaca a dificuldade de se aproximar de um estudante com deficiência intelectual, enquanto Mariana destaca a importância da comunicação alternativa e da inclusão em atividades extracurriculares. Yris, por sua vez, ressalta a falta de recursos para trabalhar com esse público em uma sala heterogênea. Por fim, Fabio salienta a necessidade de tornar o ambiente educacional inclusivo para atender a todos, apesar das singularidades de cada um, e a dificuldade em contemplar todos os estudantes com o mesmo planejamento.

Desafios observados pelo olhar do futuro docente, estes que se tornarão professores e poderão atuar em um mesmo cenário conflitante, nos fazem pensar sobre a importância dessas experiências em diferentes ambientes propostos pela academia para a preparação desse profissional, saindo da teoria dos livros e convivendo com a realidade que os aguarda dentro das instituições de ensino.

Sobre a vivência do estágio durante a formação acadêmica, Zabalza nos esclarece:

Serve para aproximar os estudantes do mundo e da cultura da profissão à qual desejam se integrar e dar a oportunidade de vivenciar os próprios cenários profissionais, suas dinâmicas, a natureza das interações que neles se realizam, o sentido que os profissionais atribuem ao seu trabalho, entre outros exemplos. (ZABALZA, 2014, p. 108).

As entrevistas com os estagiários revelam a realidade dos desafios enfrentados pelos professores de EJA, que precisam lidar com recursos escassos e investimentos limitados em uma sala de aula com estudantes de diferentes níveis de aprendizado, incluindo aqueles com necessidades específicas. Essa experiência prática é essencial para a formação do futuro docente, que deve ter um compromisso social e humanitário para com esses alunos. Ser professor na EJA não é apenas transmitir conteúdos, mas formar sujeitos críticos e criativos, mediando uma educação humanizada e democrática. Como destaca Arroyo (2005, p. 42), esses estudantes frequentemente carregam consigo expectativas e incertezas, já que sua primeira tentativa de educação foi abandonada por diversas razões. Portanto, é fundamental compreender o impacto que o docente pode ter na vida desses alunos, oferecendo-lhes uma segunda chance de aprendizado e contribuindo para sua formação como cidadãos críticos e atuantes na sociedade.

Com o objetivo de compreender como os estagiários percebem sua formação para atender a um público heterogêneo, incluindo alunos com deficiência, questionamos sobre a abordagem acadêmica nas disciplinas que abordam esses temas. É importante considerar que a formação de um professor deve incluir a reflexão crítica sobre a realidade escolar e social, e isso inclui o debate sobre a inclusão de todos os estudantes perguntamos: **Durante sua formação acadêmica, foi abordada alguma disciplina que tratou do tema de jovens, adultos e idosos com deficiência?** Durante a pesquisa com os estagiários sobre sua formação acadêmica, foi questionado se eles tiveram alguma disciplina que abordou o tema de jovens, adultos e idosos com deficiência. A maioria das respostas foi negativa, incluindo Carla e Waldir. Mariana mencionou que sua disciplina em EJA foi defasada e mal abordou as práticas de atuação em inclusão na EJA, criticando a infantilização dos estudantes com deficiência nessa modalidade. Yris relatou que aprendeu um pouco sobre lidar com esse público na cadeira de educação inclusiva, mas não direcionada a EJA. Por outro lado, Fabio citou disciplinas como Fundamentos da Educação Inclusiva e Educação de Jovens e Adultos, além do conhecimento adquirido na disciplina Estágio na Educação de Jovens e Adultos, que abordaram a temática.

A partir das respostas dos estagiários sobre a abordagem de disciplinas que tratam do tema de jovens, adultos e idosos com deficiência em suas formações acadêmicas, percebe-se uma lacuna na preparação desses profissionais para a prática docente nesse público da educação especial da EJA. A superficialidade na abordagem desse tema durante a graduação pode comprometer o enfrentamento da docência e promover futuramente aulas pouco agregadoras ao processo de desenvolvimento desses alunos com deficiência. Nesse sentido, a busca por formação continuada torna-se uma ferramenta indispensável para a prática desses profissionais. Acerca da discussão da formação de professores, Cartolano (1998 p. 29) aponta que:

Não podemos pensar isoladamente a formação do professor de educação especial. Ao contrário, é preciso considerá-la como parte integrante da formação dos profissionais da educação em geral e submetê-la, portanto, às mesmas discussões que se vêm fazendo neste âmbito, seja no âmbito nacional, estadual ou regional.

Sugere deste modo, que a formação do professor deve capacitar amplamente, considerando as condições adversas enfrentadas pelo corpo docente, para que haja uma educação inclusiva efetiva. Apresentando uma capacidade geral de lidar com esses indivíduos, não sendo papel apenas do professor do AEE (Atendimento Educacional Especializado).

Ao final da pesquisa, levantamos a seguinte indagação: **no tocante ao trabalho com educandos e educandas com necessidades específicas, que aprendizagens foram adquiridas no estágio para sua formação profissional e pessoal?** A partir dessa questão, é possível refletir sobre a qualidade da formação desses estudantes e a importância do estágio como uma oportunidade para a prática e o aprimoramento das habilidades necessárias para a atuação na docência em um contexto inclusivo.

É importante ouvir, pesquisar e respeitar acerca das individualidades de cada educando. (Carla)

Aprendi que para trabalhar com apoio a pessoa com deficiência intelectual precisamos ter bastante resiliência. As dificuldades de aprendizado são superadas em conjunto aluno-professor-acompanhante. O mais gratificante foi ver o desenvolvimento do aprendizado da educanda. (Waldir)

Diante das atuações das preceptoras pude compreender que as relações de confiança com alunos são a base para conseguir associar eles a adaptação de material e aula, de compreender a comunicação deles, que nem sempre são oralizados e que uma sala de EJA com pessoas com deficiência pode ser um campo rico em experimentação de técnicas. (Mariana)

Aprendi que precisamos ter empatia e buscar entender e conhecer os alunos. Reconhece suas dificuldades e habilidades e trabalhar em cima disso. Aproveitar o conhecimento que eles já têm para desenvolver atividades que auxiliem no seu desenvolvimento. (Yris)

Um olhar mais humano e ao mesmo tempo sensível para o educando. Durante o estágio, várias oportunidades e aprendizagens foram adquiridas na minha formação pessoal e profissional. Um olhar docente para o educando que necessita de suporte educacional para desenvolver sua aprendizagem, suas capacidades e conhecimentos, a partir da experiência vivenciada no estágio, torna-se um compromisso que abracei. Compreender a realidade do estudante, seu processo de formação, suas limitações e habilidades na busca

de aperfeiçoá-las deve ser visto como papel fundamental do docente com o propósito de transformar os alunos através da educação. (Fabio)

Os estagiários destacam a importância de ter um olhar mais humano e sensível para o educando, buscando conhecer suas individualidades e necessidades específicas. A resiliência é fundamental para trabalhar com apoio à pessoa com deficiência intelectual, superando as dificuldades de aprendizado em conjunto com aluno, professor e acompanhante. A relação de confiança com os alunos é a base para adaptar o material e a aula, compreender sua comunicação, muitas vezes não oralizada, e experimentar técnicas em uma sala de EJA inclusiva. É essencial ter empatia, reconhecer as dificuldades e habilidades dos alunos, e utilizar seu conhecimento para desenvolver atividades que os auxiliem em seu desenvolvimento. O compromisso do docente é compreender a realidade do estudante, seu processo de formação, limitações e habilidades, a fim de aperfeiçoá-las e transformá-los por meio da educação.

Através desse posicionamento, observamos o valor que estes estagiários, de forma unânime, deram para as relações humanizadas dentro de uma turma de EJA inclusiva, o quão importante é conhecer seus alunos, perceber suas expectativas, viabilizar seu desenvolvimento pleno, apesar de algumas limitações ou dificuldades.

Sobre isso Freire nos mostra que:

É impossível ensinar sem esta coragem de querer bem, sem a valentia dos que insistem mil vezes antes de uma desistência. É impossível ensinar sem a capacidade forjada, inventada, bem cuidada de amar [...]. É preciso ousar, no sentido pleno desta palavra, para falar em amor sem temer ser chamado de piegas, de meloso, de a-científico, senão anti-científico. É preciso ousar para dizer, cientificamente e não bla-bla-blantemente, que estudamos, aprendemos, ensinamos, conhecemos com o nosso corpo inteiro. Com os sentimentos, com as emoções, com os desejos, com os medos, com as dúvidas, com a paixão e também com a razão crítica. Jamais com esta apenas. É preciso ousar para jamais dicotomizar o cognitivo do emocional. É preciso ousar para ficar ou permanecer ensinando ao risco de cair vencidos pelo cinismo. É preciso ousar, aprender a ousar, para dizer não à burocratização da mente a que nos expomos diariamente. É preciso ousar para continuar quando às vezes se pode deixar de fazê-lo, com vantagens materiais (FREIRE, 1997, p. 10).

Portanto, a práxis docente deve estar em consonância com o olhar sensível a despeito dos sujeitos inseridos na Educação de Jovens e Adultos, em especial se esta apresentar alunos com deficiência. Uma turma inclusiva, requer uma mediação através de um professor preparado, que analisa e modifica suas práticas a partir das necessidades dos seus alunos, de forma que todos sejam contemplados e envolvidos no mesmo processo, em prol do mesmo objetivo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante nossa pesquisa, exploramos as vivências de estagiários e estagiárias no contexto da Educação Inclusiva na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Diante do objetivo deste estudo foi investigar como a supervisão de estágio influencia na formação inicial docente de estudantes estagiários no contexto da Educação de Jovens e Adultos, com foco nas necessidades educacionais específicas dos educandos e educandas. Buscamos compreender as implicações dessa ação supervisionada na

construção de uma prática docente inclusiva e no desenvolvimento profissional dos estudantes estagiários.

De fato, o estudo evidenciou a relevância da inclusão educacional de jovens e adultos com necessidades especiais na EJA, considerando que esses indivíduos muitas vezes enfrentam barreiras e desafios na busca pela educação. Além disso, é importante investigar como os estudantes-estagiários percebem a ação docente inclusiva nesse contexto, visto que a formação desses profissionais é fundamental para garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos os alunos. Compreender as experiências e percepções dos estudantes-estagiários pode contribuir para o aprimoramento da formação desses profissionais e, conseqüentemente, para uma educação mais inclusiva e efetiva.

A literatura nas áreas de EJA e Educação Inclusiva demonstrou atualidade e profundidade e foi essencial para realização dos objetivos e as reflexões dos resultados da pesquisa. Diante de tais considerações, as implicações da ação supervisionada de estudantes estagiários na formação inicial docente junto a educandos/educandas com necessidades educacionais específicas na Educação de Jovens e Adultos são múltiplas e variadas.

As reflexões abordaram o modo como a Educação Especial Inclusiva vem sendo realizada em contextos específicos da Educação de Jovens e Adultos, considerando as características e necessidades dos estudantes nessa etapa da vida. Além disso, também foram discutidas questões relacionadas à formação inicial de professores para atuar nesses contextos, bem como a importância da prática docente inclusiva e da busca por formação continuada. A partir dessas reflexões, foram levantados pontos relevantes para a promoção de uma educação inclusiva e de qualidade para todos os estudantes.

Ao investigar como o debate sobre Educação Especial Inclusiva e Educação de Jovens e Adultos se estabelece na formação inicial de professores, busca-se compreender como essas temáticas são abordadas nos cursos de formação de professores e como esses futuros profissionais são preparados para lidar com as demandas de inclusão na EJA. Através da análise desses aspectos, é possível verificar a efetividade da formação inicial de professores e identificar possíveis lacunas ou limitações na preparação desses profissionais para atuar em contextos inclusivos na EJA.

Ao analisar as experiências de graduandos(as) em Pedagogia de uma instituição de ensino superior pública de Pernambuco, o estudo buscou identificar os desafios e as possibilidades da ação docente na Educação de Jovens e Adultos, especialmente em relação aos educandos/educandas com necessidades educacionais específicas. O objetivo foi compreender como os estudantes percebem e lidam com as demandas da Educação Especial Inclusiva nesse contexto, visando contribuir para a formação inicial de professores mais capacitados para atuar com a diversidade presente na EJA.

Os resultados indicaram desafios relacionados à heterogeneidade na sala de aula e falta de recursos, bem como a necessidade de tornar o ambiente educacional mais inclusivo, enquanto possibilidades incluem melhorias na acessibilidade e na oferta de disciplinas específicas na formação acadêmica. As considerações finais da pesquisa destacam a importância da reflexão sobre a educação inclusiva na Educação de Jovens e Adultos, identificando desafios e possibilidades da ação docente junto a educandos com necessidades educacionais específicas, e apontando a necessidade de uma formação inicial de professores que contemple essas questões.

Compreender a importância do estágio como pesquisa e a função da pesquisa no estágio pode contribuir significativamente para preencher as lacunas na formação inicial de professores da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Inclusiva. Isso porque a abordagem da pesquisa no estágio permite que os estudantes investiguem questões relevantes e específicas da prática docente, ampliando sua capacidade de análise crítica e reflexiva. Além disso, a pesquisa no estágio possibilita a construção do conhecimento a partir da vivência prática, o que favorece uma formação mais completa e qualificada para a atuação em contextos educativos complexos e desafiadores como são os da EJA e da Educação Inclusiva. Por meio da pesquisa, os futuros professores podem identificar e refletir sobre os desafios, as necessidades e as potencialidades desses contextos, bem como buscar soluções criativas e inovadoras para promover uma educação mais inclusiva e de qualidade para todos os alunos.

Os relatos coletados dos estagiários colaboradores dessa pesquisa forneceram informações valiosas sobre como a experiência do estágio pode fortalecer as teorias aprendidas em sala de aula, além de propor reflexões sobre situações que muitas vezes não são debatidas nas propostas acadêmicas. Essa participação ativa dos estudantes em práticas reais contribui para a sua formação e prepara-os para sua futura carreira profissional, em consonância com a meta de oferecer uma educação de qualidade que respeita todos os indivíduos envolvidos, promovendo a consciência democrática e criativa e formando cidadãos participativos, incluindo sem exceção todos aqueles que precisam, sem preconceitos ou segregações.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia G. C.; GOMES, Nilma Lino (Orgs.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. 4ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 19-67.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 07 jul. 2015. Seção 1, p. 1.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Lei nº 11788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 26 de Set. 2008.

_____. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo: Brasília, 2000.

CARTOLANO, Maria Tereza Pentead. Formação de professores no Curso de Pedagogia: a Educação Especial. **Cadernos CEDES**, Campinas, SP, ano XIX, n. 46, p.29-40, set. 1998.

CARVALHO, Maria de Fátima. Educação de jovens e adultos com deficiência mental: inclusão escolar e constituição dos sujeitos. **Horizontes**, Itatiba, v. 24, n. 2, p. 161-171, 2006.

CARVALHO, Maria Elizete G., BARBOSA, Maria das Graças da Cruz, SANTOS, Luciana Martins Teixeira. **Educar em Direitos Humanos: Para uma pedagogia da sensibilidade e do empoderamento**. In.: MORAIS, Grinaura Medeiros de. (Org) História, Educação e Direitos Humanos: leitura e representações. Natal: Offset editora 2017. p. 103-114.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. **Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 2014.

NICODEMOS, Alessandra. Ensino de História na EJA: o legado da educação popular e os desafios docentes na formação do aluno jovem e adulto trabalhador. In: XVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. ANPUH. Natal, **Anais [...]** 2013.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 7. ed. 2012.

SAMPIERI, Roberto Hernández.; COLLADO, Carlos Fernandes.; LUCIO, María Del Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Dados eletrônicos - Porto Alegre: Penso, 2013.

SIQUEIRA, Luiz Carlos Carvalho. **Interseccionalidades nas histórias de vida de estudantes da Educação de Jovens e Adultos no Cariri cearense**. 2020. 149 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade Regional do Cariri, Crato, 2020.

_____.; NOBRE, Eliacy dos Santos Saboya; DA SILVA, Silene Cerdeira Silvino. Estágio Supervisionado em Educação de Jovens e Adultos no Cariri cearense. In: Carneiro, Éverton Nery; Lustosa, Francisca Geny; González, Pedro Francisco (Org.). **VI**

JOIN - Investigação, Engajamento e Emancipação Humana. 1ed.Campina Grande: Realize, 2020, p. 71-84.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem: JOMTIEN 1990. Paris: UNESCO, 1990.

ZABALZA, Miguel A. **O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária** [formato digital]. Coordenação Selma Garrido Pimenta 1. ed. São Paulo: Cortez, 2015. (Coleção Docência em Formação: Saberes Pedagógicos)